



A calamidade pública das contas do Rio de Janeiro

Relatório mostra que dívida chega a quase R\$ 100 bilhões PÁGS. 6 e 7

Dieese divulga balanço das negociações do 1º semestre

PÁGINA 11

Entrevista: Raquel Rolnick fala sobre moradia

PÁGINAS 4 e 5

Fisenge lança caderno e animação sobre 50 anos do SMP

PÁGINA 9

EDITORIAL

DE NOVO A TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO



C E D A E

Claudionor Santana

De acordo com a ONU, a água é considerada como um direito fundamental para os seres humanos

Luta contra privatização da CEDAE e da água

PÁG. 9

DE NOVO A TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO

O espetáculo jurídico-midiático montado pela operação Lava Jato, para acusar o ex-presidente Lula de comandante geral dos esquemas de corrupção durante seus dois mandatos como presidente da República, se por um lado é risível, não deixa de ter o seu lado trágico.

Todos nós sabemos que a justiça para ser considerada uma instância séria e respeitada da sociedade tem que garantir todos os preceitos constitucionais em seus julgamentos onde o direito ao contraditório seja assegurado, bem como que todo julgamento seja baseado em provas. Na pantomima montada pelos procuradores, toda a peça acusatória volta a utilizar a “teoria do domínio do fato”, onde se presume, ou se tem convicção, que estando Lula no topo da hierarquia ele deveria ter conhecimento do que acontecia nos escalões inferiores de seu governo.

Este raciocínio é completamente falso exatamente por estar baseado em uma lógica subjetiva e, portanto, enganosa. Qualquer julgamento tem que estar necessariamente baseado em fatos comprovados. Não é à toa que quando isto não acontece utiliza-se o preceito “em dúvida pro réu”.

Seu aspecto trágico é exatamente o precedente perigoso de que caso isto não seja obedecido abrimos um sério precedente no sentido da supressão das garantias constitucionais e a quebra do estado direito conseguido a duras penas pelas forças democráticas na luta pelo restabelecimento da democracia no país.

1964 e 2016: tragédia e farsa dos golpes

UBIRATAN FÉLIX

Os golpes de 1964 e de 2016 tiveram mais em comum do que muitos supõem. Muito tem se dito que a atual deposição do governo eleito não foi um golpe por não ter caráter militar e por seguir os ritos estabelecidos na Constituição, mas em 1964 houve participação civil, parlamentar e do STF, exatamente como hoje.

Em 1964, a base de apoio do presidente João Goulart, que era composta pelo PTB e PSD, se fragilizou. O PSD se deslocou do centro para a direita, se aproximando da oposição conservadora e antinacionalista liderada pela UDN. A coligação PTB/PSD, forjada por Getúlio Vargas, em 1950, consolidou-se na eleição de 1955, com a chapa Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB). Na eleição seguinte, apesar da simpatia de Juscelino pelo nome do General Juraci Magalhães, ex-governador da Bahia e Presidente Nacional da UDN, a aliança foi mantida com a indicação da cabeça da chapa pelo PSD do Marechal Henrique Teixeira Lott e a continuidade de João Goulart como vice-presidente.

A proposição das reformas de base fez com que amplos setores da classe média, da Igreja Católica e do empresariado se mobilizassem – culminando na famosa “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que levou cerca de 500 mil pessoas, em São Paulo, a se manifestarem contra “a república sindicalista, a corrupção e o suposto perigo vermelho”. A agitação dos subalternos das forças armadas e a política nacionalista do governo Jango provocaram a adesão dos militares e do governo americano ao golpe.

O golpe de 1964 também foi parlamentar, pois, na madrugada de 02 de abril, o presidente do Congresso Nacional, Auro Moura de Andrade, decretou vaga a Presidência da República sob a alegação de que o presidente João Goulart (sabidamente no Rio Grande Sul) tinha abandonado o Brasil sem autorização do Congresso; o verdadeiro motivo para

a deposição, entretanto, eram a crise econômica, a política nacionalista e as reformas de base.

O STF e o congresso nacional legitimaram o golpe, pois Moura de Andrade, após a decretação da vacância da previdência, seguiu todos os ritos previstos na Constituição Federal de 1946. Deu posse ao presidente da Câmara, o deputado Ranieri Mazzili, e em 30 dias realizou a eleição indireta como estava previsto na Constituição. Nela, foi eleito o Marechal Humberto de Castelo Branco, tendo como vice o deputado José Maria Alkmim do PSD, partido de sustentação do governo Goulart. A bancada do PSD, seguindo a orientação de Juscelino Kubitschek, votou em peso na chapa, com exceção do deputado Tancredo Neves que, na madrugada de 02 de abril, já tinha protestado contra a deposição de Jango – com dedo em riste gritou “canalha, canalha” quando Moura Andrade decretou a vacância da Presidência da República.

A maioria dos deputados do PSD que votaram em Castelo Branco foram cassados e/ou presos, inclusive Juscelino. É impor-

tante destacar que todos os ritos e formalidades constitucionais foram seguidos à risca mas, mesmo assim, o que ocorreu em 1964 foi um golpe civil, militar e do capital financeiro.

Em 2016, ocorreu o mesmo enredo, com atores diferentes mas motivação similar: esgarçamento da base aliada, crise econômica e esgotamento do modelo nacional, reformista e desenvolvimentista. Os ritos e as formalidades supostamente democráticas e constitucionais foram seguidos, porém o impedimento foi baseado em uma falsa alegação de crime de responsabilidade para afastar a presidente eleita Dilma Rousseff. Logo, o que ocorreu no Brasil em 31 de agosto, apesar das aparências de legalidade, foi um golpe que não teve nada de original, e sim a repetição de uma tragédia em forma de farsa.

É importante destacar que todos os ritos e formalidades constitucionais foram seguidos à risca mas, mesmo assim, o que ocorreu em 1964 foi um golpe civil, militar e do capital financeiro.

* Ubiratan Félix é Professor do IFBA



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Herminio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Bezerra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá e Victor Marchesini Ferreira.

CONSELHO EDITORIAL

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha e Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Titulares: José Stelberto Porto Soares, Paulo Cesar Quintanilha e Sônia da Costa Rodrigues
Suplentes: Antonio Carlos Alvares Grillo, Euler João Geraldo da Silva e Rogério Antônio da Silva Matos

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 2.500 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Diretor do SENGE-RJ avalia lei

Marco Antonio Barbosa fala sobre importância da Autovistoria e atuação do Sindicato no processo

O diretor do SENGE-RJ Marco Antonio Barbosa destaca, em entrevista, a importância da Vistoria Predial para evitar acidentes. Segundo ele, o Sindicato acredita que a engenharia deve atender aos interesses da sociedade. "Quando levamos esse tipo de discussão de dentro da engenharia para fora, para a sociedade, estamos tentando participar da vida da população". Confira a entrevista completa abaixo:

SENGE-RJ: Como surgiu a ideia de atuar na área de Autovistoria e como esse processo vem ocorrendo?

– Em 2013, quando os prédios da Avenida 13 de Maio caíram, a Prefeitura, para apresentar uma solução, criou a Lei de Autovistoria. Houve vários debates nas entidades de classe, mas eles eram superficiais, não se chegava a uma solução final. O SENGE-RJ, através de alguns engenheiros, como eu e o Luiz Cosenza, começou a conversar com o Luiz Baratta para construir um documento explicando como funciona a lei, já que era algo novo para todos nós.

No entanto, ao longo das conversas, achamos que seria mais interessante realizar um seminário para a categoria. Com isso, passamos a chamar o documento de "Guia", explicitando que era um documento para auxiliar. O número de inscrições para o seminário foi bem grande, decidimos fazer mais uma edição. Foram oito, no total. Depois, incorporamos as sugestões dos profissionais. Com o Guia pronto, fizemos dois grandes lançamentos: um no Centro Cultural da Light e um na Sociedade de Engenheiros e Arquitetos do Rio de Janeiro (Seaerj).

Mais à frente, surgiu a ideia de continuarmos o debate através de um curso que, além de uma forma de treinamento e capacitação para os profissionais, é uma forma de discutir o Salário Mínimo Profissional (SMP) do engenheiro, já que o custo de uma Autovistoria passa pelo SMP. Hoje, o Baratta é um dos coordenadores do curso.

SENGE-RJ: Como engenheiro, como o senhor avalia a lei? Como ela ainda pode melhorar?

– A lei é boa, mas ela tem alguns problemas. Nós propusemos alterações e entregamos na Prefeitura, mas ainda não obtivemos resposta. A lei é muito aberta, gostaríamos que ela ficasse mais específica. Sugerimos, por exemplo, que fosse determinado que o engenheiro que faz a Autovistoria não seja o mesmo que irá fazer as obras corretivas depois.

SENGE-RJ: Quais os principais pré-requisitos que o síndico/administrador



Marco Antonio Barbosa

deve pensar quando contratar o engenheiro para elaborar o laudo?

– Primeiro, que tipo de profissional ele está contratando. Pegar o currículo dele. Segundo: observar que, de acordo com o tamanho e característica do prédio, deve ser uma equipe multidisciplinar. Terceiro: avaliar qual é a melhor proposta, mais compatível tecnicamente, e não simplesmente a mais barata. Acreditamos que devemos treinar síndicos também para que ele possa perceber qual é a que tem mais substância, mais tecnicamente bem feita e que o valor seja compatível com mercado.

SENGE-RJ: Qual a importância do engenheiro para a sociedade civil?

– O SENGE-RJ acredita que a engenharia deve atender aos interesses da sociedade. Quando levamos esse tipo de discussão de dentro da engenharia para fora, para a sociedade, estamos tentando participar da vida da população. É preciso enxergar que a população, normalmente, é muito desamparada por não conhecer tecnicamente o assunto, é "passada para trás", enganada. Então, esse tipo de serviço que o sindicato faz tanto é benéfico para o profissional quanto para a sociedade civil, que habita dentro desses prédios. E a engenharia é extremamente importante para a sociedade por trazer o elo mais forte entre a técnica e a sociedade.

Saiba mais sobre Autovistoria. Acesse o blog do curso e inscreva-se nos cursos promovidos pelo SENGE-RJ: www.sengerj.org.br



Senge-RJ
Sindicato dos Engenheiros
no Estado do Rio de Janeiro

Acesse o nosso site e conheça o curso de

Autovistoria Predial

www.sengerj.org.br



"MORADIA SE TORNOU SINÔNIMO DE MERCADORIA"

Arquiteta Raquel Rolnik fala sobre financeirização das políticas habitacionais

Por Camilla Hoshino e Thiago Hoshino

Raquel Rolnik é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Foi relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada, por dois mandatos (2008-2011, 2011-2014). Também atuou como diretora de Planejamento da Cidade de São Paulo, coordenadora de Urbanismo do Instituto Pólis e secretária nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

Em entrevista ao Brasil de Fato e aos Jornalistas Livres, durante sua participação no Circo da Democracia, Rolnik fala sobre a financeirização a partir das transformações nas políticas habitacionais em diversas partes do mundo, tema de seu novo livro "Guerra dos Lugares", recém-lançado em Curitiba.

No Brasil, segundo a ex-relatora da ONU, essa mudança de paradigma acontece com forte liderança e subsídio do Estado, inclusive avançando sobre os fundos públicos dos trabalhadores para o financiamento de grandes obras, como é o caso do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, que teve maciça injeção de recursos do FGTS.

O elemento fundamental desse processo, de acordo com ela, é a oferta de acesso de compra via crédito para a casa própria aos mais pobres. "Há um paradoxo na 'era Lula'. Ao mesmo tempo em que se ensaia talvez pela primeira vez a implantação de um Estado de bem-estar social com a expansão das políticas públicas e de uma rede de proteção social, ela se dá através de um modelo que traz consigo toda a lógica da financeirização", lamenta Rolnik, sinalizando também as ameaças e perigos da atual conjuntura para a o direito à moradia e à cidade.

Confira a entrevista.

BRASIL DE FATO – Seu livro mais recente, "Guerra dos Lugares", fala sobre o impacto da financeirização nas políticas públicas de vários países pelos quais você passou durante dois mandatos consecutivos como relatora especial da ONU. Em primeiro lugar, o que devemos entender por financeirização, neste contexto?

Raquel Rolnik – Meu mandato na ONU começou em 2008 e, imediatamente, estourou a crise financeira e hipotecária nos Estados Unidos, que gerou um efeito dominó em vários países. E os primeiros relatos que chegaram até mim, com denúncias de violações de direitos, eram sobre os atingidos por esta crise. Eu precisei começar a entender o que estava se passando no mundo, para além de verificar a situação das famílias e a vulnerabilidade em que se encontravam. Precisei compreender a conexão entre o que essas famílias estavam vivendo e a crise financeira.

O que aconteceu nos EUA também aconteceu na Espanha, na Irlanda e no Casaquistão, por exemplo. Quando cheguei no Casaquistão, me deparei com uma greve de fome de pessoas sem casa, que não tinham nada. Começamos a entender que isso não aconteceu só nos Estados Unidos, mas fazia parte de um processo global. A entrada da minha pesquisa sobre a financeirização foi por aí, via o processo de transformação das políticas habitacionais no planeta, que possui diferentes versões.

A mudança de paradigma é que a moradia se transformou em um setor econômico. Passa-se a enxergar a produção residencial como uma das novas fronteiras de expansão do capital financeiro, com um papel de destaque para o crédito hipotecário. Mas eu diria que entre o crédito hipotecário dos EUA e dos países eu-

ropeus e o microcrédito da favela, que é outro extremo, nos deparamos com uma enorme variação de formas e modelos.

O elemento fundamental, porém, não é o acesso à habitação via crédito para a casa própria - isso já acontece pelo menos desde os anos 30 nos EUA -, mas é que esse mercado se expande na direção dos mais pobres. A moradia se transforma em sinônimo de mercadoria e de ativo financeiro, deixando de ser algo historicamente definido como política social, numa perspectiva de universalização, assim com ocorre com a educação e com a saúde.

Mas então, em que essa fase do capitalismo se difere das anteriores?

– Essa é a fase da hegemonia da lógica financeira na definição do destino das cidades: do que, de onde e de como será produzido, única e exclusivamente pautando-se na lógica do fluxo de rentabilidade futura. Ela é muito diferente do fordismo e da era industrial, em que as perguntas eram 'como expandir mercado?', 'como produzir mais?' e 'como vender mais?'. A pergunta fundamental agora é onde posso investir capital excedente global, que é fruto da mais valia global e que fica pairando sobre o planeta, procurando permanentemente oportunidades que permitam que ele seja remunerado através dos juros. Por isso se fala em 'Wall of Money'.

Para dar um exemplo, o fundo de investimento da Apple - o que a Apple precisava investir para gerar juros - é maior do que a reserva do Banco Central da Alemanha. Isso acaba sendo o determinante das políticas em geral das grandes empresas. Aquilo que a Apple vai usar do seu fundo de investimento para

reinvestir em tecnologia ou produção é um percentual ínfimo, e o resto fica pairando por aí como uma nuvem procurando ativos.

A questão - e aí é que está o link entre financeirização e transformação urbanística, na qual a moradia é um elemento importante - é que o espaço urbano é um campo particularmente interessante e adequado para o circuito financeiro. Ao contrário do jogo especulativo de ações que podem virar pó do dia para a noite, o espaço construído pode perder ou ganhar valor, mas não some. Em segundo lugar, ele é tipicamente algo que pode acolher investimento de longo prazo, mesmo em um espaço mal construído. Finalmente, a terra e o espaço podem funcionar como garantia de empréstimos. Então, são ativos para alavancar mais dinheiro.

Muitos avaliam que estamos experimentando, no Brasil, um momento de neodesenvolvimentismo e não propriamente de financeirização no modelo dos Estados Unidos e de países europeus. Como você enxerga isso?

– De fato é muito diferente. E de fato há uma controvérsia sobre o quanto se pode falar em financeirização da moradia no Brasil. Primeiro, porque o controle da produção de espaço pelas finanças é um processo que está em curso, mas começa no país já no final dos anos 1990. Ou seja, com um timing diferente dos Estados Unidos e dos países centrais europeus. E outra característica específica é que hoje ele se dá, aqui, muito mais na construção do espaço comercial do que no espaço residencial. A produção residencial no Brasil é muito pouco financeirizada.

Um dos elementos fundamentais

Continua ►

que gerou a crise financeira e hipotecária nos Estados Unidos, na Espanha e em alguns outros países é a chamada securitização. Isso significa que a pessoa pega um empréstimo para comprar uma casa ou apartamento e essa casa ou apartamento ficam como garantia. O banco que gera o empréstimo não fica com essa hipoteca, mas vende a expectativa das prestações futuras que essa pessoa irá pagar para um outro investidor. E este outro investidor irá empacotar esses créditos com a expectativa futura de valorização de outras commodities - e irá vender para terceiros, de modo que a relação que se estabelecia entre a pessoa e o lugar começa a circular como um 'paper' em um circuito completamente abstrato. Assim, vinculou-se muito mais a relação das famílias com o seu lugar de moradia ao circuito financeiro global. No Brasil, quase não se tem esta securitização do crédito.

DESTRUIÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

A partir de 2005 e 2006, viveu-se uma expansão do crédito para consumo que se transformou numa grande expansão do crédito para a moradia, através do programa 'Minha Casa, Minha Vida', que subsidia segmentos com menor renda. Isso significa também uma ampliação das fronteiras do capital financeirizado na direção dos mais pobres.

Embora a hipoteca fique circulando, as pessoas é que estão endividadas. Isso é uma característica do processo de financeirização, que no Brasil ainda não se completou, mas está em curso. Enquanto os imóveis estavam valorizando, como no caso dos EUA e de outros países da Europa, as pessoas até hipotecavam duplamente ou triplamente a casa para pagar a universidade do filho ou para comprar um carro.

O mercado financeiro é um jogo, tem seus riscos, ele sobe e desce. Na hora que desceu e o castelo de cartas começou a desabar, foram as pessoas endividadas que foram atingidas, porque não podiam pagar prestações, perderam sua moradia. Aquele sistema de proteção social que existia antes para atender às necessidades dos mais pobres havia sido completamente desmontado. Muitos foram para as ruas.

É muito importante entender que estamos falando da construção

de uma política [de mercado], mas, sobretudo, da destruição de outras [sociais]. E estamos vivendo isso de modo muito forte no Brasil hoje. Não é só a política que foi destruída, mas todo o imaginário social vinculado à ideia desta política. Aqui no Brasil nunca houve Estado de bem-estar social, mas a gente viveu uma expectativa consagrada na Constituinte de 1988 da construção desse Estado de bem-estar social. Portanto, a destruição desse imaginário é muito radical. E isso também é desmontado em nome de uma sociedade 100% estruturada através da lógica do mercado, da rentabilidade e do investimento.

Na atual conjuntura política, com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, já existem medidas que aprofundam esse processo de financeirização ou que ameaçam o direito à moradia?

– Primeiro, é importante dizer que houve um paradoxo durante a era Lula. Não gosto de chamar o momento que vivemos no Brasil de 'neodesenvolvimentismo', porque ao mesmo tempo em que se ensaia talvez pela primeira vez a implantação de um Estado de bem-estar social através do aumento de uma intervenção forte do Estado na disponibilização de políticas sociais ou de uma rede de proteção social, ele se dá através de um modelo que traz consigo toda a lógica da financeirização.

Isso não aconteceu apenas na política de moradia, mas na política de educação também. Houve uma inclusão educacional, com expansão das vagas das universidades públicas, o que foi extremamente importante. Mas o grande movimento de inclusão foi através do Prouni, que é o subsídio para a aquisição de um produto educacional fornecido não por instituições educacionais mas por um fundo de investimento glo-

bal, porque o setor educacional privado é um dos mais financeirizados do Brasil. Assim como a saúde, com os hospitais.

Esse processo de transformação do paradigma das políticas públicas - ao contrário do que alegam os propagandeiros do neoliberalismo, ao defenderem um Estado fraco e a entrada irrestrita do mercado - tem a participação ativa, a liderança, a condução e o financiamento por parte do Estado. No Brasil, mais ainda do que nos Estados Unidos e na Europa. Acredito que o exemplo mais eloquente seja o do Porto Maravi-

lha, no Rio de Janeiro. É o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS, dos trabalhadores, que financiou uma operação urbana de ampliação da fronteira do complexo imobiliário-financeiro no Rio de Janeiro. Essa é a contradição. Minha leitura é que chegou uma hora em que não se precisava mais do pedaço "redistribuição", porque o marco regulatório da financeirização já está todo armado.

Olhando na perspectiva internacional, é possível entender o caminho que o Brasil foi construindo nessa direção, embora ele, contraditoriamente, apostasse na outra. Mas isso era insustentável e uma

hora iria explodir. E explodiu da pior maneira, através de um golpe de Estado. Jamais as elites brasileiras e os pontos de lança do neoliberalismo iriam ganhar as eleições. Apesar disso, não podemos deixar de apontar todos os passos que foram dados durante a era Lula na direção de abrir espaço para a penetração do capital financeiro global.

Em seu livro, você descreve situações delicadas pelas quais passou como relatora da ONU, como quando autoridades britânicas questionaram sua atuação por ser

'uma mulher e de um país do sul'. O que significou essa experiência na sua trajetória?

– Vou fazer um depoimento muito pessoal. Eu nunca havia tido, até a relatoria, qualquer tipo de militância feminista. E aqui há uma questão de classe, porque tive que enfrentar talvez poucas barreiras na vida em comparação à maior parte das mulheres.

Além disso, pela minha origem de imigrante polonesa-criada em ambiente multicultural, multilinguístico e cosmopolita-, me via como uma cidadã do mundo. Era difícil me enxergar como brasileira, antes de mais nada.

Para mim foi um enorme choque quando cheguei na Inglaterra. Em todos os países adotei esta postura: examinei, visitei os governos, conversei com comunidades, realizei audiência públicas e, no final, de forma muito independente, me manifestei sobre as situações de violação de direito à moradia que estavam ocorrendo.

Mas o Reino Unido foi o único lugar em que o governo não gostou do que falei e que a reação do partido foi de questionamento. Como era possível- e foi nesses termos- uma mulher brasileira, de um país marcado pela presença de favelas e pela falta de saneamento, ousar emitir qualquer opinião crítica sobre a política habitacional britânica? Afinal de contas, o que se pensa é que o papel dos países do sul, na sua condição de subalternidade no cenário internacional, é almejar implantar as políticas dos países europeus.

Naquele momento me caiu uma ficha sobre a própria posição de subalternidade em que nos colocamos como pensadores e militantes, como se fosse impossível sairmos dessa posição.

Foi importante para pensarmos, inclusive, nos próprios modelos e nos caminhos que a gente tem que seguir. E senti o estigma de ser mulher. Evidentemente, eu sei que aquela foi a velha estratégia do "shoot the messenger": quando não se gosta da notícia que o mensageiro traz, você desconstitui o mensageiro. Entramos em conexão com pessoas que estavam sendo extremamente violadas e cujas vozes estavam sendo reprimidas. A presença da relatoria da ONU confirmando essas violações gerou grande repercussão na política interna.

“A mudança de paradigma é que a moradia se transformou em um setor econômico, mais do que numa política social. Passa-se a enxergar o setor da produção residencial como uma das novas fronteiras de expansão do capital financeiro”, explica a arquiteta e ex-relatora da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik.



Estado de calamidade p

Relatório do primeiro quadrimestre de 2016 mostra dívida de quase R\$ 100 bilhões

Ao contrário do que declarou o governador em exercício Francisco Dornelles para justificar a crise, os custos com pessoal não são os principais gastos da receita do Estado. É o que mostra um estudo publicado na edição de junho do *Jornal dos Economistas*. Feita pelos pesquisadores Mauro Osorio, Henrique Rabelo e Maria Helena Versiani, do Observatório de Estado do Rio de Janeiro, a análise mostra que é um equívoco apontar que houve inchamento de funcionários públicos no estado porque o aumento no número de ativos foi de apenas 2,5% entre 2006 e 2014. Além disso, quando se analisam os aumentos dados para determinadas categorias, também é possível perceber que o crescimento, no mesmo período, foi de R\$ 16.722 milhões para apenas R\$ 17.151 milhões.

Outro ponto abordado no estudo é a necessidade de se analisar em que áreas o estado deve atuar. Na maioria dos casos, há falta de pessoal, e não excesso. O número de engenheiros de carreira, por exemplo, diminuiu, desde 1980, de 1.200 para em torno de 400 servidores. A maioria está prestes a se aposentar. A Fundação Ceperj possui apenas um estatístico em seu quadro permanente. A Secretaria Estadual de Turismo, apenas três técnicos de turismo.

De acordo com dados do próprio governo do Estado, nos últimos cinco anos, de 2010 a 2014, a receita apenas cresceu. Em 2015, o valor caiu, como mostra a tabela ao lado.

A receita do Estado inclui as receitas: tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes e outras transferências, operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras, receita intra-orçamentária de contribuições, patrimonial, de serviços, de transferências correntes e outras,

amortização de empréstimos e de transferência de capital.

PERFIL DO ENDIVIDAMENTO

Ao longo dos últimos anos, o estado do Rio de Janeiro tem lançado mão de vários empréstimos com entes públicos e privados, nacionais e internacionais, com o intuito, dentre outros, de cumprir com compromissos firmados para a realização dos grandes eventos (Copa e Olimpíadas). Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a perspectiva é de retorno em termos de arrecadação, seja pelo setor de turismo e hotelaria, comércio e serviços, bem como dos empregos (a maioria temporários) e receitas geradas na cadeia da construção civil.

O aporte de recursos públicos foi elevado. Ainda segundo o Dieese, é importante que se apresente para a sociedade o resultado do esforço de investimento público feito, em termos de arrecadação e infraestrutura disponível para usufruto coletivo como legado permanente. Se o esforço do endividamento não gerar o retorno esperado em termos de arrecadação, ele representará apenas um passivo com o qual o estado terá que arcar. E isto poderá representar uma necessidade de aperto nas contas públicas – gastos

com pessoal, investimentos sociais, etc – para que o governo do estado consiga honrar os compromissos com suas dívidas.

ESTADO DE CALAMIDADE

Faltando 49 dias para as Olimpíadas, no dia 17 de junho, o governador em exercício, Francisco Dornelles, decretou “estado de calamidade pública” devido à crise financeira. O decreto, publicado em Diário Oficial, justifica o “estado de calamidade pública” a fim de cumprir as obrigações assumidas em decorrência da realização da Olimpíada e da Paraolimpíada. No entanto, enquanto isso, os mais de 500 mil servidores estão sem receber salários, o Hospital Estadual Pedro Ernesto não tem condições de funcionar e a UERJ e as escolas estaduais em greve mostram a situação grave para os moradores do Rio. Dornelles é vice de Pezão, em licença médica para tratar de um câncer.

Entre as justificativas expostas no decreto, está a queda na arrecadação, principalmente de ICMS e royalties do petróleo. Dados preliminares da Secretaria de Fazenda revelam que a arrecadação do Estado com o ICMS despencou no mês de junho. A redução é estimada em 15% em comparação com o ano passado, e é a pior do ano. O ICMS representa 80% da arrecadação estadual com tributos.

Mesmo sendo a principal fonte de arrecadação em impostos, de acordo com dados do relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE), de 2007 a 2015, o Rio abriu mão de R\$ 185,6 bilhões de ICMS, a maior parte em favor de grandes empresas. Em 2015, já em plena crise e com atrasos nos pagamentos dos servidores, o valor foi de R\$ 36 bilhões.

Além disso, a Dívida Ativa do Estado, conjunto de débitos de pessoas jurídicas e físicas com órgãos públicos estaduais, alcança o valor de R\$ 66 bilhões. Em 2015, o Tribunal de Justiça chegou a oferecer ao governo um convênio para que fosse feito um mutirão de cobrança desses valores. O governo rejeitou a proposta.

O relatório da gestão do primeiro quadrimestre de 2016 mostra que a dívida consolidada do Rio de Janeiro chegou a R\$ 98,8 bilhões em abril. O valor equivale a 201,07% da receita líquida do governo estadual. Em 2007, a dívida era de R\$ 40 bilhões.

SOLUÇÕES POLÊMICAS

Francisco Dornelles decidiu tomar medidas para tentar economizar R\$ 1 bilhão. Elas, no entanto, são polêmicas e estão sendo criticadas pela população. A mais recente é uma mudança no projeto de lei que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016. A formalização da queda do orçamento previsto para este ano é necessária para que o governo possa demitir servidores comissionados e estatutários e não estoure o teto constitucional com o funcionalismo. O projeto de lei será votado em regime de urgência na Alerj. Para ser aprovado, precisa do aval da maioria simples dos deputados.

Outra é o cancelamento do Bilhete Único para quem não tem baixa renda. De acordo com o governo do Estado, quase 4 milhões de usuários utilizam o cartão, que diminui o valor do transporte público no Rio através de integração

RECEITA DO ESTADO

2010	R\$ 53.686.805.044
2011	R\$ 58.126.203.521
2012	R\$ 63.590.465.454
2013	R\$ 76.635.640.837
2014	R\$ 82.560.177.564
2015	R\$ 62.129.436.058

(FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA)

Pública às vésperas das Olimpíadas

Empresas que devem ao estado recebem bilhões de **isenções fiscais** do governo do PMDB Cabral/Pesão e Dornelles

- 1 - PETROBRAS DEVE R\$4,5 BILHÕES - **R\$10,5 BILHÕES em isenções**
- 2 - CSN DEVE R\$1,5 BILHÃO - **R\$1,4 BILHÃO em isenções**
- 3 - ARROWS PETRÓLEO DO BRASIL DEVE R\$ 1,4 BILHÃO
- 4 - VARIG DEVE R\$ 1 BILHÃO
- 5 - REFINARIA DE PETRÓLEO DE MANGUINHOS DEVE R\$ 1 BILHÃO - **R\$1,2 BILHÃO em isenções**
- 6 - STAR ONE (GRUP EMBRATTEL) DEVE R\$ 993 MILHÕES - **R\$83 MILHÕES em isenções**
- 7 - PAES MENDONÇA S.A. DEVE R\$ 975 MILHÕES
- 8 - AMERICAN LUB DO BRASIL LTDA. DEVE R\$ 816 MILHÕES
- 9 - NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. DEVE R\$ 696 MILHÕES - **R\$3,8 BILHÕES em isenções**
- 10 - MESBLA LOJAS DE DEPARTAMENTOS DEVE R\$ 604 MILHÕES
- 11 - LIGHT SERV. DE ELETRICIDADE S. A. DEVE R\$ 558 MILHÕES - **R\$956 MILHÕES em isenções**

**DÍVIDA TOTAL
DAS 11 MAIORES
EMPRESAS
DEVEDORAS**

**R\$14,2
BILHÕES**

**DESTAS, 6
EMPRESAS
RECEBERAM
ISENÇÃO:**

**R\$13
BILHÕES**



O que é estado de calamidade pública?

É o nível mais grave de atenção possível, em âmbito municipal ou estadual. Segundo o decreto, ele é usado quando o desastre é grande demais para que o município ou estado resolva por conta própria. Além de recursos financeiros, a União pode enviar equipes da Força Nacional e solicitar a cooperação de regiões vizinhas.

Para situações menos dramáticas, a União pode reconhecer a "situação de emergência". O termo também indica que a região afetada precisa de recursos humanos e financeiros e apoio logístico, mas pode colaborar com recursos próprios para minimizar os danos. O texto do decreto fala em "comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público local" – na calamidade, esse comprometimento é total.

Nos últimos anos, a situação de emergência e o estado de calamidade já foram decretados em razão de grandes enchentes, deslizamentos de terra, incêndios e vazamentos de óleo, por exemplo. As ações de socorro e assistência são imediatas e incluem envio de kits de ajuda humanitária (cestas de alimentos, higiene, limpeza), recursos financeiros e apoio militar.

entre ônibus, trens, metrô e barcas. O Bilhete Único é sempre usado como argumento quando há aumento no valor das passagens.

Em fevereiro, o próprio Pezão anunciou que poderiam ser feitos cortes nos subsídios que o estado concede às concessionárias de serviços públicos, entre elas as em-

presas de transporte. No pacote de medidas de austeridade, apresentado na Assembleia Legislativa (Alerj), Pezão estabeleceu que o governo repasse eventuais prejuízos dos contratos de concessão aos usuários dos serviços. No texto, ele usa o termo "realismo tarifário" para justificar que o equilíbrio dos

contratos seria garantido no preço da passagem e não mais repasses do estado. A assessoria do governo disse, na época, que o Bilhete Único consome cerca de R\$ 600 milhões.

No entanto, apesar da crise, em dezembro de 2015 foi aprovado o subsídio de R\$ 39 milhões para a Supervia, concessionária que con-

trola a operação de trens. O objetivo da medida foi ajudar a quitar uma dívida da Supervia com a Light, o que poderia paralisar a operação dos trens. Na época, o governo argumentou que o objetivo também foi evitar o aumento da passagem, que era R\$ 3,30. Atualmente o valor é R\$ 3,70.

ÁGUA

A Privatização é um crime



Diretor do SENGE-RJ Clovis Nascimento, durante ato contra a privatização da CEDAE

Atendendo aos interesses de empresas multinacionais, o governo estadual está com um projeto para entregar o sistema de abastecimento do Rio para empresas privadas. As consequências disso todos nós conhecemos: falta de investimento, aumento de preços, destruição dos direitos dos trabalhadores, danos ambientais. A decisão ainda vai na contramão de 235 cidades em todo o mundo, entre elas Paris e Berlim, que remunicipalizaram o serviço, tirando o controle das mãos das empresas privadas e devolvendo o controle ao poder público.

O objetivo da privatização é manter sob o controle da CEDAE apenas a captação e o tratamento da água. Empresas privadas abasteceriam os consumidores e tratariam o esgoto.

Considerado o maior projeto de privatização do saneamento básico no Brasil, a concessionária Foz Águas 5 assumiu um contrato de 30 anos em 2012 para controlar o fornecimento na região da AP-5, parte da zona oeste do município do Rio de Janeiro. A região representa 48% do território, com 21 bairros. A concessionária recebeu, em 2013, 640 milhões da Caixa

Econômica Federal por meio do Programa Saneamento para Todos e ainda vai receber, ao longo dos 30 anos de concessão, R\$ 2,6 bilhões. A água na AP-5 continua sendo fornecida pela CEDAE, mas a gestão comercial é de responsabilidade da Foz Águas 5. Apesar de todos os investimentos com dinheiro público, o edital de concessão exclui a necessidade de atendimento a populações residentes em áreas de proteção ambiental, loteamentos irregulares e favelas. A prestação teria que ser vinculada a programas como o Morar Carioca, que deixou de ser uma prioridade para a Prefeitura.

O controle do poder público é fundamental para que as regiões carentes possam ter acesso a serviços que empresas privadas, por visarem apenas o lucro, não têm interesse. É importante lembrar que a ONU considera a água como um direito humano essencial.

Além disso, a maior parte dos serviços privatizados são caracterizados por aumentos expressivos de suas tarifas. No nosso Estado, são exemplos as Barcas, Metrô, Light e Supervia, esta última com aumento de seis vezes na tarifa e

redução de 40% na capacidade de transporte de passageiros.

REESTATIZAÇÃO: UMA REALIDADE NO MUNDO

O serviço de abastecimento de água em Paris foi reassumido em 2010 e, logo do primeiro ano, economizou 35 milhões de euros, graças à internalização dos dividendos antes destinados aos acionistas. Além disso, também conseguiu reduzir as tarifas em 8%. Durante 25 anos de gestão privada, entre 1985 e 2010, subiu 206%.

Ao todo são 253 cidades em 37 países que remunicipalizaram os serviços públicos de água e esgoto, abrangendo 100 milhões de pessoas. O que ficou claro nessas cidades

O controle do poder público é fundamental para que as regiões carentes possam ter acesso a serviços que empresas privadas, por visarem apenas o lucro, não têm interesse.

é que o setor público é a melhor forma de garantir um serviço de qualidade e de promover o direito humano à água e ao saneamento.

Outras cidades que podem ser citadas como exemplo são: Atlanta e Indianápolis (EUA), Accra (Ghana), Almaty (Cazaquistão), Berlim (Alemanha), Buenos Aires (Argentina), Budapeste (Hungria), Dar es Salaam (Tanzânia), Jacarta (Indonésia), Kuala Lumpur (Malásia), Joanesburgo (África do Sul), La Paz (Bolívia) e Maputo (Moçambique).

A CEDAE BANCANDO O LUCRO DAS ÁGUAS DE NITERÓI

Dita muitas vezes como um caso de sucesso, a privatização do abastecimento de água em Niterói é cheia de problemas.

A mais grave delas é a diferença de valor da compra da água tratada pela CEDAE e posterior venda dela aos moradores de Niterói. Entre 1999 e 2007, o m³ (ou 1000 litros) da água já tratada era comprado por R\$ 0,14 pela Águas de Niterói. Ou seja, a empresa não gastava nem para tratar a água. Na época, a CEDAE tinha um custo de em torno de R\$ 1,00 para transformar água bruta em água tratada.

Entenda 5 propostas do governo Temer que acabam com direitos trabalhistas

O aumento da jornada diária para até 12 horas, anunciado pelo ministro do Trabalho, é apenas uma delas

Fonte: Brasil de Fato

O anúncio de que a reforma trabalhista proposta pelo governo poderá ampliar a jornada diária em até 12 horas, feito pelo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira trouxe preocupação ao Planalto.

Dada a repercussão negativa da declaração, o presidente não eleito Michel Temer (PMDB) orientou Nogueira a reafirmar que

não haverá retirada de direitos dos trabalhadores.

As centrais sindicais não receberam a notícia com surpresa, já que esta medida é apenas uma das ameaças à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) propostas pelo governo Temer. Junto a novos planos do Executivo, somam-se projetos antigos em andamento no Congresso

Nacional, que agora devem ser priorizados e ganham mais força para aprovação.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) convocou uma greve nacional no dia 22 de setembro. Já os sindicatos de metalúrgicos de diversas regiões do país devem paralisar suas atividades no dia 29 de setembro contra os retrocessos.

ENTENDA CADA UMA DAS PROPOSTAS

1) FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Alvo de críticas mais recentes, o ministro Ronaldo Nogueira afirmou, durante encontro com representantes da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), que o governo pretende ampliar a jornada de trabalho para 48 horas semanais, com um teto de 12 horas diárias. Hoje a carga diária é limitada a 8 horas. O ministro teve que se explicar, devido à péssima repercussão.

À Rádio Estadão, ele ponderou que o padrão normal e legal continuará sendo o de 8 horas diárias e 44 horas semanais, e que a reforma permitirá que as convenções coletivas tenham a opção de flexibilizar a forma como a jornada será realizada.

O governo estuda também a criação de dois novos contratos de trabalho: por horas trabalhadas ou por produtividade, com jornadas inferiores a 44 horas semanais e salários proporcionais. As centrais sindicais criticam a proposta.

A polêmica da jornada de trabalho se arrasta desde julho quando, após uma reunião com Temer, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, citou que a França, antes com limite de 36 horas semanais, teria permitido jornada semanal de trabalho de até 80 horas, e que isso era um exemplo para o Brasil.

Andrade errou duas vezes em sua declaração. Em primeiro lugar, a legislação trabalhista francesa estabelece 35 horas semanais normais, e não 36; em segundo, a nova lei estipula que, em casos de emergência e após negociação com sindicato, as horas extras poderão chegar às tais 12 horas diárias e 60 horas semanais.

Após o rebuliço nas redes sociais, a declaração foi corrigida pela CNI, que afirmou que o presidente se enganou com a citação.



Brasil de Fato

2) TERCEIRIZAÇÃO

Aprovado na Câmara (PL 4330/2004) e tramitando atualmente no Senado, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015 autoriza a terceirização das atividades-fim. A proposta universaliza, assim, tipos de contratos que hoje só podem ser realizados quando se referem a atividades-meio, como limpeza e segurança — ou seja, serviços que não tenham relação com o produto ou serviço oferecido pela empresa.

Além disso, o projeto diminui a responsabilidade da empresa que contrata a prestadora com a Justiça, caso não haja cumprimento de obrigações trabalhistas. Desde que exija da contratada comprovantes mensais, a empresa fica isenta de responder a processos judiciais.

O governo já deu indícios que deve se esforçar para que o PLC seja aprovado ainda em 2016. Desde que assumiram pastas, Ronaldo Nogueira e o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, mostraram-se favoráveis à ampla regulamentação da atividade terceirizada.

Padilha chegou a dizer a empresários que o país precisa "caminhar no rumo da terceirização".

3) NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

O termo diz respeito à prevalência das negociações em detrimento da lei. Atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 4193 autoriza que os direitos previstos na CLT possam ser amplamente negociados entre os trabalhadores e contratantes.

De acordo com o projeto, todos os itens listados poderiam ser negociados e, após alterados em acordos coletivos, as novas regras não poderiam ser derrubadas na Justiça. Neste sentido, outro projeto de lei discutido é o PL 427, que institui a negociação individual entre empregado e empregador. A negociação coletiva seria fragilizada com a prática.

Na prática, a iniciativa não revoga a CLT, mas a enfraquece a tal ponto que benefícios como o 13º salário, as férias,

o adicional noturno, licença-paternidade e salário mínimo podem ser relativizados.

A reforma trabalhista do PMDB estuda permitir que convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais. Ou seja, empresas poderão reduzir salários e aumentar a jornada diária de trabalho dos seus empregados.

A CLT, afirmou o ministro Nogueira, teria se transformado uma "colcha de retalhos" que permite "interpretações subjetivas".

4) REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Uma das principais medidas previstas por Temer, a Reforma da Previdência deverá aumentar a idade mínima de aposentadoria para 65 anos e igualar a idade entre homens e mulheres e entre trabalhadores do campo e da cidade.

Além disso, a proposta prevê vinculação dos benefícios da previdência aos reajustes de salários mínimos, que hoje são atualizados pelo crescimento da economia nos dois últimos anos e pela inflação do ano anterior.

A ideia é que as aposentadorias passem a ser ajustadas apenas pela inflação, reduzindo os gastos do governo.

5) CONGELAMENTO DOS EDITAIS PARA SERVIDORES PÚBLICOS

Um dos maiores temores dos movimentos sociais, já que congela em 20 anos o orçamento para Saúde e Educação, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 também tem impactos no mundo do trabalho, mais precisamente sobre os servidores públicos.

Complementar à Reforma da Previdência, a PEC também congelará, se aprovada, a realização de novos concursos públicos e os salários dos servidores, além de impedir a criação de novos cargos e a reestruturação de carreira.

Em Foz do Iguaçu, Fisenge lança caderno e animação sobre 50 anos do SMP

Lançamento aconteceu no estande da Federação na 73ª Semana de Engenharia e Agronomia

Durante a 73ª Semana Oficial de Engenharia e Agronomia, a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) lançou, no dia 30/8, um caderno e uma animação sobre os 50 anos do Salário Mínimo Profissional (SMP), em Foz do Iguaçu (PR). O lançamento aconteceu no estande da Federação e contou com a presença da diretoria da Fisenge, presidentes de sindicatos e de lideranças do Sistema Confea/Creas/Mútua. “Em 22 de abril de 1966, a lei 4.950-A foi promulgada e passou a instituir o SMP. Esta conquista aconteceu em pleno regime militar e, mesmo com a pressão das empresas, as lideranças e as entidades de classe conseguiram garantir este direito”, lembrou o engenheiro civil e presidente da Fisenge, Clovis Nascimento, que ainda lembrou o autor da lei, o advogado e político brasileiro Almino Alfonso, que foi inspirado pelo engenheiro e também político Rubens Paiva. “A lei 4.950-A é um importante instrumento de valorização profissional e precisamos defendê-la fortemente”, disse Clovis.

Em seguida, a engenheira química diretora da mulher, Simone Baía, fez o lançamento da animação da personagem Engenheira Eugênia “Lei é para ser cumprida”, sobre o cumprimento do Salário Mínimo Profissional. “Eugênia foi criada com o objetivo de ampliar o diálogo com a categoria e a sociedade. Ela é uma mulher divorciada com dois filhos que trabalha como engenheira em uma empresa pública”, explicou Simone. A animação, com mais de 9.000 visualizações nas redes sociais, conta a história de um edital para concurso público que descumprir o Salário Mínimo Profissional. “A Eugênia surge com o objetivo de mostrar que os chamados ‘assuntos de mulher’ são questões da sociedade. A animação e as histórias em quadrinhos são um convite à reflexão e à ação por igualdade de direitos”, avaliou Simone.

O projeto Engenheira Eugênia envolve a publicação de histórias em



O presidente da Fisenge, Clovis Nascimento, participou do lançamento do caderno e da animação sobre os 50 anos do SMP

quadrinhos mensais, boletim eletrônico e animação. “A Eugênia empodera. A luta por igualdade é uma questão de direitos humanos e de sociedade. A Eugênia, por meio da comunicação, se faz presente, cumprindo papel político de pautar políticas estruturantes afirmativas para o avanço da sociedade”, afirmou a engenheira agrônoma Alméria Carniato, ouvidora do Crea-PB e uma das pioneiras na organização de mulheres engenheiras.

A engenheira de alimentos, vice-presidente do Sengen-BA e integrante do Coletivo de Mulheres da Fisenge, Márcia Nori, lembra a história de organização. “Tivemos um avanço grande, porque não tínhamos diretoria da mulher. Mobilizamos para a criação do Coletivo e levamos os assuntos discutidos para os estados. O Coletivo se destacou na comunicação e conseguimos passar recado para profissionais e sociedade de forma mais descontraída. Avançamos em termos de conscientização”, pontuou Márcia, que foi a primeira coordenadora do Coletivo de Mulheres.

O presidente do Crea-PR, o engenheiro civil Joel Krüger, ressaltou a importância da defesa da lei e de sua am-

pliação aos estatutários. “A fiscalização a respeito do salário mínimo é um dos pontos centrais na gestão do Crea-PR. É necessário garantir o cumprimento em todo o país para fortalecermos a engenharia e a agronomia no Brasil e ampliar para os estatutários”, defendeu.

A Fisenge iniciou no final do ano passado, no dia do engenheiro (11/12), um ciclo de comemorações dos 50 anos do Salário Mínimo Profissional. A agenda de ações começou com o lançamento de um selo comemorativo. Em seguida, foram lançadas um caderno e uma cartilha de bolso, além de peças para as redes sociais.

A diretora da Fisenge, engenheira agrônoma e presidente do Crea-PB, Giucélia Figueiredo, avalia que as ações representam um marco importante na história da Fisenge. “Estamos resgatando a história de uma valiosa ferramenta de valorização profissional que é a lei 4.950-A. É uma reafirmação da nossa luta. Estamos vivendo, hoje, uma conjuntura muito difícil, que requer que o movimento sindical tenha postura firme e determinada contra aqueles que querem retirar direitos sociais e trabalhistas”, apontou.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

O atual cenário político no país tem apontado uma série de retrocessos nos direitos dos trabalhadores. Um balanço divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontou que as negociações coletivas do 1º semestre foram negativas. “Pouco menos de um quarto dos reajustes – cerca de 24% – resultou em aumentos reais aos salários, 37% tiveram reajustes em valor igual à inflação e 39% abaixo”, destaca trecho do documento. O cumprimento do Salário Mínimo Profissional faz parte da maioria das pautas específicas dos engenheiros e das engenheiras nas negociações coletivas. “A comemoração dos 50 anos é um bom momento para reforçar lutas que devem ser feitas pelos sindicatos. Algumas empresas deixaram de cumprir o SMP. Sempre estamos atentos às bases, mobilizamos, negociamos e, se for o caso, entramos com ações judiciais pelo cumprimento. Com tudo isso, ainda temos muitas dificuldades em meio século de lei.

Continua ►

Continuação

Vamos à luta”, enfatizou o engenheiro eletrônico e diretor de negociação coletiva da Fisenge, Ulisses Kaniak.

A engenheira civil e diretora da Fisenge, Eloisa Basto, lembra a alta taxa de terceirização e pejetização na engenharia. “Como profissionais liberais, muitos engenheiros são contratados por projetos, na lógica da pejetização [contratação via Pessoa Jurídica], o que amplia a precarização das condições de trabalho e nega direitos fundamentais como férias, 13º salário, entre outros”, contou. O presidente da Fisenge, Clovis Nascimento, reforçou que o momento é de luta pela manutenção dos direitos. “O movimento sindical deve organizar a resistência, aglutinar forças e ir para a ofensiva, de modo a não permitir retirada de direitos e construir pauta para avançarmos com nossas principais bandeiras, como redução da jornada de trabalho”, avaliou Clovis.

MULHERES E JUVENTUDE

Durante a 73ª Semana Oficial de Engenharia e Agronomia (SOEA), estiveram presentes 3.580 participantes, com percentual de 24% de mulheres. Do total, 577 estudantes. A estudante de engenharia biomédica na Universidade Federal de Pernambuco, Bárbara Alcântara, de 26 anos, destaca que a atuação da juventude significa mudança e oxigenação. “Os jovens precisam ocupar os espaços para garantir representatividade e contribuir com a luta pela valorização profissional. Quando uma mulher vê outra mulher em cargos de lideranças, ela também quer fazer parte”, concluiu a estudante, que também é integrante do Crea Junior e do Senge Jovem, em Pernambuco.

De acordo com Simone Baía, os sindicatos precisam construir espaços acolhedores para a organização de jovens e mulheres. “Dentro da base da Fisenge, os sindicatos têm fortalecido iniciativas como o Coletivo de Mulheres e os Sindicatos Jovem/Estudante. Esta organização é fundamental para a transversalização das pautas”, finalizou.

O estudante de engenharia civil na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Gabriel Wasillenki acredita que é preciso uma oxigenação no Sistema Confea/Creas. “É preciso pensar a renovação em logo prazo. Nós, jovens, estamos no Sistema agora, temos que ocupar espaço e mostrar posicionamento, pois somos o futuro da classe”, apontou.



Dados mostram piora nos resultados das negociações coletivas; pouco menos de um quarto dos reajustes tiveram aumento real

Dieese divulga balanço das negociações do 1º semestre

No dia 1/9, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apresentou o balanço das negociações dos reajustes salariais do primeiro semestre de 2016.

O estudo, que analisou reajustes na indústria, comércio e serviços, aponta um quadro adverso e reforça a necessidade do sindicalismo ampliar a mobilização dos trabalhadores.

Os dados mostram piora nos resultados das negociações coletivas. Pouco menos de um quarto dos reajustes – cerca de 24% – resultou em aumentos reais dos salários, 37% tiveram reajustes em valor igual à inflação e 39% abaixo. Em entrevista à Agência Sindical, o coordenador de relações sindicais do Dieese, José Silvestre Prado, atribui os resultados à deterioração do ambiente no mercado de trabalho em relação ao ano de 2015.

“A inflação aumentou no último

ano e enfrentamos o fechamento de muitos postos de trabalho. Esses fatores acabaram influenciando negativamente as negociações. Por isso, somente um quarto das categorias chegaram a conquistar aumento real”, explica. O coordenador também chama atenção para o número de parcelamentos dos reajustes, que acaba protelando o pagamento na data-base.

Os trabalhadores da indústria foram os mais prejudicados, devido em parte à persistência do câmbio desfavorável. Cerca de 21% dos reajustes analisados resultaram em ganhos reais aos salários, 33% ficaram abaixo da inflação e 46% tiveram valores iguais à variação do INPC-IBGE.

Silvestre avalia que essa tendência deve se manter no segundo semestre, apesar de categorias com mais tradição estarem negociando seus reajustes. “Nós avaliamos que a tendência não deve se alterar,

pois a recessão continua e o desemprego também, os mesmos elementos que influenciaram as negociações no primeiro semestre”, diz o coordenador.

Para o técnico do Dieese, a atividade econômica não deve piorar mais em 2016, abrindo uma perspectiva de retomada do dinamismo no mercado de trabalho. “A recuperação, porém, deve ser lenta, porque sua retomada será sobre uma base muito deprimida. Levaremos mais tempo para retomar os patamares de negociação de 2014, por exemplo. Além disso, as reformas trabalhistas acenadas pelo governo que assumiu trazem algumas incertezas aos trabalhadores, que precisam estar unidos para não ter direitos retirados”, finaliza.

O estudo está disponível no site do Dieese em www.dieese.org.br

Diretor da Fisenge fala sobre os impactos da flexibilização dos direitos

Para Ulisses Kaniak, "modernização trabalhista" significa um retrocesso na legislação para os trabalhadores

O governo de Michel Temer anunciou, no dia 8/9, a chamada "modernização" da legislação trabalhista. Dentre as medidas, estão a ampliação da jornada de trabalho para 12 horas e a permissão para contratação por hora trabalhada. Com a pressão da sociedade, o governo recuou e, em nota, afirmou que não haverá aumento da jornada de trabalho. Por outro lado, setores empresariais pressionam pela flexibilização da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Em entrevista, o engenheiro eletrônico e diretor de negociação coletiva da Fisenge, Ulisses Kaniak, fala sobre as consequências da retirada de direitos e o impacto nos acordos coletivos de trabalho.

O governo anunciou a chamada "modernização" das leis trabalhistas e entre os pontos está a flexibilização da jornada de trabalho para 12 horas. O que esta medida representará?

– Se aprovada, representa um retrocesso de mais de um século nas lutas dos trabalhadores. A atual limitação de jornada que as Leis do Trabalho impõem (8 horas diárias com um máximo de 2 horas extraordinárias) visa preservar a saúde das pessoas. Jornadas excessivas são comprovadamente improdutivas e geram doenças ocupacionais e afastamentos. Os empresários



Ulisses Kaniak, diretor de negociação coletiva da Fisenge

que defendem esta e outras sandices demonstram que a sociedade escravocrata, que constituiu a correlação de forças deste país desde o século XVI, continua viva por meio deles e de seus representantes nos 3 Poderes.

Quais os desafios e o papel do movimento sindical nesse momento? De que forma barrar essa ofensiva de retirada de direitos?

– Desde a interinidade, esse ilegítimo "governo" federal tem demonstrado que veio para destruir a busca pelo equilíbrio nas relações entre Capital e Trabalho, obviamente a serviço do lado mais poderoso. Agora, consumado o golpe à democracia, acham que podem tudo. O maior desafio do movimento sindical é levar às ruas, contra a retirada de direitos e de soberania do país, toda a classe trabalhadora. Inclusive, a parcela que esteve nas ruas defendendo o impeachment imotivado, seduzida pela ilusão midiática de que se estaria "acabando com a corrupção".

Logo, esta parcela terá que encarar a realidade. O nosso papel é o de buscar todas as formas de comunicá-la e de canalizar a revolta em ações.

Quais serão os impactos de uma reforma da previdência?

– Nos moldes que o "governo" tem divulgado, é uma reforma para fazer com que os pobres trabalhem mais tempo para manter os cofres cheios dos ricos. O "déficit" da Previdência Social é uma falácia que se desmente ao observar as contas de orçamento da Seguridade Social, que é algo muito mais amplo. Caso os trabalhadores passem a contribuir mais tempo e desfrutar menos de suas aposentadorias, os governantes irão destinar mais verba do orçamento da União ao pagamento da dívida pública, ou seja, ao mercado financeiro especulativo. É Robin Hood às avessas.

Um balanço divulgado pelo Dieese apontou que as negociações coletivas do 1º semes-

tre foram negativas [Pouco menos de um quarto dos reajustes – cerca de 24% – resultou em aumentos reais aos salários, 37% tiveram reajustes em valor igual à inflação e 39% abaixo]. Na sua opinião, é possível reverter esse quadro? Quais as estratégias para negociações coletivas futuras?

– Lamentavelmente, é preciso dizer que tal quadro só poderá se reverter com a retomada de uma política econômica visando ao desenvolvimento do mercado interno do país. Isso só entrará na agenda das próximas eleições federais pois, reitero, o atual "governo" já disse a que veio. Portanto, é preciso aliar a estratégia das negociações – a meu ver, a busca da manutenção das conquistas econômicas e sociais dos anos 2004 a 2015 – com a da participação política, denunciando sempre a ilegitimidade do governo em exercício e defendendo novas eleições gerais com urgência.

Diante da retirada de direitos, ainda há tentativas de desmonte de empresas públicas. Quais as consequências para a engenharia e a sociedade?

– As consequências são desemprego, precarização e encarecimento dos serviços. A média de desempenho, de qualidade de atendimento e o papel social exercido pelas empresas que se mantiveram estatais, após a ofensiva privatista dos anos 1990, são notadamente superiores aos das que caíram nas mãos da iniciativa privada. É um verdadeiro atentado à engenharia nacional e à valorização da capacidade dos profissionais brasileiros.

Entrevista: Camila Marins



Senge RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br